

# EÓLICA PINDAÍ III GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

Relatório dos Auditores Independentes  
sobre as Demonstrações Contábeis de  
acordo com as práticas adotadas no Brasil  
31 de dezembro de 2023  
REA 112/2024

## Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis .....	4
Balanço Patrimonial.....	9
Demonstração do Resultado .....	10
Demonstração do Resultado Abrangente .....	11
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	12
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	13
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis.....	14
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	14
2. RESUMO DAS POLÍTICAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS .....	14
a. Base de preparação.....	14
b. Moeda funcional e moeda de apresentação.....	14
c. Continuidade operacional.....	15
d. Uso de estimativas e julgamentos .....	15
e. Ajuste a valor presente.....	15
f. Novos pronunciamentos e alterações e interpretações de pronunciamentos existentes.....	15
f.1. Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2023 .....	15
f.2. Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros.....	15
3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	16
g. Instrumentos financeiros .....	16
h. Imobilizado.....	18
i. Intangíveis .....	18
j. Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível – Impairment .....	18
k. Imposto de renda e contribuição social.....	18
l. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes.....	19
m. Receita de contrato com cliente.....	19
4. GESTÃO DE RISCO.....	19
n. Risco de mercado .....	19
o. Riscos regulatórios.....	19
p. Risco operacional.....	19
q. Risco de liquidez.....	19
r. Risco da escassez de vento .....	20
s. Risco de crédito .....	20
t. Gestão de capital.....	20
5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA .....	21
6. CONTAS A RECEBER .....	21
7. ADIANTAMENTOS .....	21
8. DESPESAS ANTECIPADAS.....	21
9. MÚTUOS A RECEBER .....	22
10. INVESTIMENTOS.....	22

11.	IMOBILIZADO .....	23
12.	INTANGÍVEL .....	23
13.	CONTAS A PAGAR.....	24
14.	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS.....	25
15.	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS .....	25
16.	MÚTUOS A PAGAR .....	26
17.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	26
18.	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	27
19.	CUSTOS DE VENDAS POR NATUREZA.....	28
a.	Custos totais.....	28
i.	Custos operacionais .....	28
20.	(DESPESAS) OPERACIONAIS .....	28
21.	RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO .....	29
22.	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	29
23.	RESULTADO POR AÇÃO .....	29
24.	SEGUROS.....	30
25.	REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES.....	30

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da  
Eólica Pindaí III Geração de Energia S.A.  
Curitiba – PR – Brasil

### Opinião

---

Examinamos as demonstrações contábeis da Eólica Pindaí III Geração de Energia S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Pindaí III Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho das suas operações e dos seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas – NBC TG 1000 (R1).

### Base para opinião

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

---

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos

procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder à nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

---

**Porque é um PAA**

---

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

---

***Impairment* de ativos não financeiros**

A avaliação realizada pela Administração da Companhia sobre a recuperabilidade dos ativos imobilizados no montante de R\$ 117.380.417 e dos ativos intangíveis no montante de R\$ 10.258.017, notas explicativas nº 11 e 12, envolve julgamentos complexos e subjetivos e pressupostos sobre os resultados futuros para determinar o valor em uso da Unidade Geradora de Caixa ("UGC") da Companhia. Os julgamentos e pressupostos essenciais feitos pela Administração da Companhia para determinar o valor em uso da UGC incluem, entre outros, a taxa de desconto e as projeções de receitas e custos, com a metodologia dos fluxos de caixa descontados por UGC.

A Administração da Companhia não identificou necessidade de registrar uma redução ao valor recuperável dos ativos acima referidos relacionados à sua UGC.

Nossos testes foram aplicados nos valores contábeis dos ativos imobilizado e intangível da UGC da Companhia.

Avaliamos a consistência entre a política contábil relacionada com as eventuais provisões para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível e os procedimentos e testes adotados pela Administração para determinação do valor em uso da UGC – Unidade Geradora de Caixa existente.

Utilizamos nossos especialistas para testar a consistência entre os valores utilizados para as projeções futuras com os orçamentos atuais aprovados pela Administração da Companhia, bem como, comparamos as projeções com as expectativas do mercado e setor em que a UGC da Companhia atua.

Ademais, realizamos uma análise de sensibilidade acerca das principais premissas utilizadas pela Administração (taxa de desconto, projeção de crescimento de receitas e margem de contribuição) com o objetivo de observar se essas premissas, individualmente ou coletivamente,

---

---

## Porque é um PAA

---

## Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

---

requereriam necessidade de contabilização de *impairment* significativamente diferente do considerado e divulgado pela Administração. Também consideramos a probabilidade de tais mudanças nas premissas ocorrerem.

Avaliamos a sua adequada divulgação dos ativos não financeiros nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossos exames não identificaram exceções relevantes nos julgamentos e premissas utilizados pela Administração, de forma que os valores e informações divulgadas nas demonstrações contábeis estão adequados.

---

## Responsabilidade da administração pelas das demonstrações contábeis

---

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

---

## Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

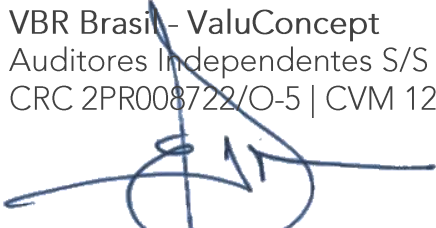
Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Curitiba, 15 de março de 2024.

VBR Brasil - ValuConcept  
Auditores Independentes S/S  
CRC 2PR008722/O-5 | CVM 12.475 | CNAI PJ 000.037



Wesley Montechiari Figueira  
Contador | Managing Partner  
CRC 1PR038884/O-7 | CNAI 1.222



Tiago Andrade Mancarz  
Contador | Audit Director  
CRC 3PR064611/O-2 | CNAI 4.880

EÓLICA PINDAÍ III GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.  
 Balanço Patrimonial  
 31 de dezembro de 2023 e 2022  
 CNPJ: 30.519.323/0001-57

(Em reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.517.923	3.991.750
Contas a receber	6	1.068.066	719.034
Créditos tributários		16.636	26.057
Adiantamentos	7	946.262	-
Despesas antecipadas	8	84.556	825.154
Mútuos a receber	9	252.690	-
<b>Total ativo circulante</b>		<b>7.886.133</b>	<b>5.561.995</b>
Realizável a longo prazo	8	-	205.091
Investimentos	10	1.326.125	-
Imobilizado	11	117.380.417	121.008.739
Intangível	12	10.258.017	10.568.100
<b>Total ativo não circulante</b>		<b>128.964.559</b>	<b>131.781.930</b>
<b>Total Ativo</b>		<b>136.850.692</b>	<b>137.343.925</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Contas a pagar	13	479.785	1.120.428
Obrigações tributárias	14	211.153	138.411
Empréstimos e financiamentos	15	2.446.099	1.899.579
Mútuos	16	1.834.423	-
Dividendos a pagar		239.563	239.563
<b>Total passivo circulante</b>		<b>5.211.023</b>	<b>3.397.981</b>
Empréstimos e financiamentos	15	76.023.783	78.276.276
<b>Total passivo não circulante</b>		<b>76.023.783</b>	<b>78.276.276</b>
Capital social	17.a	54.952.083	54.952.083
Reserva de lucros	17.c	663.803	717.585
<b>Total patrimônio líquido</b>		<b>55.615.886</b>	<b>55.669.668</b>
<b>Total passivo e patrimônio líquido</b>		<b>136.850.692</b>	<b>137.343.925</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA PINDAÍ III GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.  
Demonstração do Resultado  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
CNPJ: 30.519.323/0001-57  
(Em reais)

	Nota	31.12.2023	31.12.2022
Receita de venda de energia	18	14.955.101	12.661.482
Custos de venda de energia	19	(8.628.930)	(9.284.559)
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>6.326.171</b>	<b>3.376.923</b>
Despesas gerais e administrativas	20	(274.170)	(286.126)
Despesas tributárias	20	(49.662)	(20.441)
Outras receitas (despesas), líquidas	20	39.137	-
<b>Receitas (Despesas) operacionais</b>		<b>(284.694)</b>	<b>(306.567)</b>
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro líquido</b>		<b>6.041.477</b>	<b>3.070.356</b>
Receitas financeiras	21	468.136	614.754
Despesas financeiras	21	(5.936.757)	(2.086.661)
<b>Lucros após efeitos financeiros</b>		<b>572.856</b>	<b>1.598.449</b>
Imposto de renda e contribuição social	22	(626.638)	(589.763)
<b>(Prejuízo) lucro líquido do exercício</b>		<b>(53.782)</b>	<b>1.008.686</b>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (média)	23	5.495.208.259	5.109.759.239
<b>Resultado por ação</b>	23	<b>(0,00001)</b>	<b>0,00020</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA PINDAÍ III GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.  
Demonstração do Resultado Abrangente  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
CNPJ: 30.519.323/0001-57  
(Em reais)

---

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	<u>(53.782)</u>	<u>1.008.686</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(53.782)</u>	<u>1.008.686</u>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.*

EÓLICA PINDAÍ III GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.  
 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido  
 31 de dezembro  
 CNPJ: 30.519.323/0001-57  
 (Em reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>42.881.176</u>	<u>750.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.948.462</u>	<u>46.579.638</u>
Capital social subscrito	12.070.907	(750.000)	-	-	-	11.320.907
Resultado do exercício	-	-	-	-	1.008.686	1.008.686
Constituição de reserva legal	-	-	50.434	-	(50.434)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(239.563)	(239.563)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(3.000.000)	(3.000.000)
Retenção de lucros	-	-	-	667.151	(667.151)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>54.952.083</u>	<u>-</u>	<u>50.434</u>	<u>667.151</u>	<u>-</u>	<u>55.669.668</u>
Resultado do exercício	-	-	-	-	(53.782)	(53.782)
Compensação de prejuízos	-	-	-	(53.782)	53.782	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>54.952.083</u>	<u>-</u>	<u>50.434</u>	<u>613.369</u>	<u>-</u>	<u>55.615.886</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

EÓLICA PINDAÍ III GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.  
 Demonstrações dos Fluxos de Caixa  
 31 de dezembro de 2023 e 2022  
 CNPJ: 30.519.323/0001-57  
 (Em reais)

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>3.162.543</b>	<b>(94.308.914)</b>
Resultado do exercício	(53.782)	1.008.686
<b>Itens que não afetam o caixa</b>		
Depreciação	3.628.323	3.627.444
Amortização	310.083	284.974
Atualização monetária e juros sobre empréstimos	5.498.499	2.075.744
Avaliação de instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado	(1.066)	-
<b>Variação nas contas de ativos e passivos</b>		
(Aumento) Redução em contas a receber	(349.033)	(125.289)
(Aumento) Redução em impostos a recuperar	9.421	1.805
(Aumento) Redução em impostos adiantamentos	(946.262)	
(Aumento) Redução em despesas antecipadas	945.690	(943.190)
Aumento (Redução) em contas a pagar	(640.643)	(94.511.049)
Aumento (Redução) em obrigações tributárias - PC	72.742	417.675
<b>Outros fluxos de caixa operacionais</b>		
Pagamento de atualização monetária e juros sobre empréstimos	(5.311.429)	(2.686.262)
Pagamento de dividendos	-	(3.000.000)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(459.452)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES INVESTIMENTOS</b>	<b>(1.577.750)</b>	<b>(37.294)</b>
Aplicações em fundos de investimentos	(1.325.060)	-
Mútuos realizados	(252.690)	-
Aquisição de ativo imobilizado	-	(52.269)
Aquisição de ativo intangível	-	(6.158)
Baixa de ativo imobilizado	-	21.133
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(58.620)</b>	<b>92.107.280</b>
Integralização de capital	-	11.320.907
Captação de empréstimos	1.834.423	81.335.447
Pagamento de principal de empréstimos	(1.893.043)	(549.074)
<b>Aumento (Redução) Líquido nas Disponibilidades</b>	<b>1.526.173</b>	<b>(2.238.928)</b>
Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa no início do exercício	3.991.750	6.230.678
Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa no final do exercício	5.517.923	3.991.750
<b>Aumento (Redução) Líquido nas Disponibilidades</b>	<b>1.526.173</b>	<b>(2.238.928)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Pindaí III Geração de Energia S.A., com sede no Município de Pindaí, situado no interior do Estado da Bahia, foi constituída em 22 de maio de 2018 e tem como objeto social a exploração da atividade de produção de energia elétrica renovável através da construção do Parque Eólico Ararinha Azul.

O Parque Eólico Ararinha Azul possui 21,15 MWh de potência instalada sendo constituído por 9 aerogeradores modelo E-92 fabricados pela Companhia Wobben Windpower.

A companhia teve neste exercício o financiamento e recursos aprovados junto ao banco BNB, conforme instrumentos de Contrato e aditivo realizado inicialmente em 2019. O que justifica a movimentação em seu passivo.

A licença de instalação foi obtida no ano de 2015 pelo antigo proprietário do projeto. A licença de alteração nº 8.191/2019 foi emitida pelo órgão ambiental em março de 2019, com vigência até abril de 2020 e renovado em 22 de julho de 2020 até 18 de abril de 2021.

Houve início da operação de teste em dezembro de 2020 e início da operação comercial em abril de 2021.

Em maio de 2022, com aprovação da transformação societária, a Companhia anteriormente denominada Eólica Pindaí III Geração de Energia Ltda ou "Limitada" passou a denominar Eólica Pindaí III Geração de Energia S.A. ou "Sociedade Anônima" de capital fechado.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas em reunião dos acionistas em 18 de março de 2024.

## 2. RESUMO DAS POLÍTICAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo:

### a. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis somente a companhias abertas. Por decisão da Administração a DVA não foi apresentada utilizando o entendimento descrito.

### b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em REAIS, que é a moeda funcional da Companhia. Assim os ativos, os passivos e os resultados apresentados nas demonstrações contábeis mesmo quando contratados em moeda estrangeira foram ajustados às diretrizes contábeis vigentes no Brasil e convertidas para Reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Os eventuais ganhos e perda resultantes do processo de conversão foram transferidos para o resultado do período atendendo ao regime de competência.

**c. Continuidade operacional**

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando, assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

**d. Uso de estimativas e julgamentos**

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, são contempladas das demonstrações contábeis. Após análises, a Administração da Companhia considera que não há necessidade de constituições de provisões.

**e. Ajuste a valor presente**

O Ajuste a Valor Presente que tem por objetivo demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa, o qual se encontra determinado para as operações de longo prazo, ou de curto prazo quando relevantes, para os ativos e para os passivos.

Os juros foram sendo reconhecidos como receitas, despesas ou custos com o transcorrer do tempo na Demonstração do Resultado, ou como custo ativo, quando não atender ao conceito de registro na demonstração do resultado, respeitando o regime de competência.

**f. Novos pronunciamentos e alterações e interpretações de pronunciamentos existentes**

**f.1. Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2023**

A seguir apresentamos revisões e alterações em certas normas, para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2023, que não tiveram impacto significativo nas Demonstrações Contábeis da Companhia:

**f.2. Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros.**

Abaixo constam as alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024, as quais representamos a seguir:

Norma	Descrição da alteração
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis.	As mudanças introduzem requisitos para a categorização e divulgação de um passivo contendo cláusulas de <i>covenants</i> , seja como circulante ou não circulante. Conforme as emendas, o passivo será considerado circulante se, ao final do período de relatório, a entidade não tiver o direito de adiar a liquidação por pelo menos doze meses após o término desse período. Além disso, somente os <i>covenants</i> cujo cumprimento seja obrigatório antes ou no encerramento do período de relatório devem influenciar a classificação do passivo como circulante ou não circulante.
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos.	As modificações estabelecem critérios que indicam que o vendedor-arrendatário deve avaliar de forma subsequente o passivo de arrendamento resultante da transferência de ativos - que cumpre os requisitos para ser reconhecido como receita de venda - e retroarrendamento (' <i>Sale and Leaseback</i> '), de modo a evitar o reconhecimento de ganho ou perda associado ao direito de uso retido na transação.
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa.	A divulgação de transações de Risco Sacado (' <i>Reverse factoring</i> ') que abrangem as Empresas e seus fornecedores será aprimorada. As novas exigências de divulgação proporcionarão uma transparência maior sobre a utilização de acordos de financiamento de fornecedores por uma Empresa, possibilitando aos investidores a avaliação do impacto desses instrumentos nas operações e na estrutura de capital da Empresa.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida adoção antecipada.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

### 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### g. Instrumentos financeiros

##### a.1. Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

##### a.1.a. Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas pelo regime de competência.

**a.1.b. Contas a receber de clientes**

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. Inicialmente são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos das perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa (*impairment*). Essas perdas esperadas são apuradas com base na experiência de perda de crédito histórica, ajustadas com base em dados observáveis recentes para refletir os efeitos e condições atuais e futuras, quando aplicável.

**a.1.c. Impairment de ativos financeiros**

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

Ativos mensurados ao custo amortizado são revisados a cada período do relatório para avaliar se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- iv) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- v) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
  - Condições econômicas nacionais ou locais que correlacionam com as inadimplências sobre os ativos em carteira.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 avaliamos os ativos conforme as práticas mencionadas acima e não identificamos risco de perda no valor recuperável na data do balanço.

**a.2. Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. São registrados no passivo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía contas a pagar, empréstimos e mútuos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía contas a pagar, adiantamentos, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

#### h. Imobilizado

##### b.1. Mensuração

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou de construção. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo.

Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas e das provisões para redução ao valor recuperável do ativo (Impairment), quando aplicável.

Os componentes de determinados ativos que são substituídos periodicamente ao longo da vida útil econômica do ativo são reconhecidos como ativos separados e depreciados pelo período previsto para a sua substituição. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

##### b.2. Depreciação

As taxas de depreciação a serem utilizadas terão como base as taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas Companhias do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens, limitadas ao prazo do direito de exploração concedido.

#### i. Intangíveis

O Ativo intangível registrado refere-se ao valor de custo histórico relativo ao direito de exploração de energia Eólica para o período de 35 anos, outorgado pela ANEEL.

Foram procedidos os estudos de viabilidade do projeto, contendo todas as projeções de geração de energia, estudos dos ventos, crescimento de receitas, custos com *Funding*, CAPEX, endividamento entre outros.

Tais intangíveis são avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico, sendo realizada pelos menos uma vez ao final de cada exercício. O exercício e o método de amortização de um ativo intangível de vida finita são revistos no mínimo no encerramento de cada exercício. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

#### j. Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível – Impairment

A administração da Companhia fez a análise sobre a recuperabilidade dos ativos levando em conta os principais indicadores de desvalorização e conclusão de que todos os ativos se encontravam a valor recuperável através da Venda ou do Uso, dispensando assim a realização dos testes efetivos de *impairment* conforme prevê a Seção 27 de Redução ao Valor Recuperável de Ativos na NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

#### k. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia optou pelo enquadramento tributário do Regime do Lucro Presumido, desta forma o Imposto de Renda e a Contribuição Social são apurados trimestralmente conforme o regramento tributário vigente.

**I. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

**m. Receita de contrato com cliente**

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, conseqüentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

**4. GESTÃO DE RISCO**

**n. Risco de mercado**

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco de Companhia.

**o. Riscos regulatórios**

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as suas atividades.

**p. Risco operacional**

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao Parque Eólico. A Administração da Companhia mantém contratos firmados de manutenção com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

**q. Risco de liquidez**

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

EÓLICA PINDAÍ III GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.  
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis  
31 de dezembro de 2023e 2022  
CNPJ: 30.519.323/0001-57  
(Em reais)

---

r. Risco da escassez de vento

A energia vendida pela atividade de geração eólica está diretamente ligada às condições climáticas e fatores naturais. A quantidade de energia vendida é determinada pelo potencial de energia instalada, estabelecida através de associação junto aos órgãos reguladores e especificada no contrato de concessão. Um período prolongado de baixa fluxo do vento pode impactar negativamente a capacidade de gerar receita, levando a custos adicionais na aquisição de energia de outras geradoras ou à redução das receitas, resultando em menor rentabilidade para o negócio. A mitigação desse risco se dar por meio da continua análise dos fluxos de ventos gerados na região, a partir de novos estudos contratados, bem como dos contratos de compra de energia com clientes chave, não gerando perda de energia gerada e não negociada.

s. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Os recebíveis têm risco considerado baixo considerando as características do cliente da Companhia (CCEE).

t. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Total dos empréstimos	80.304.305	80.175.855
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	<u>(5.517.923)</u>	<u>(3.991.750)</u>
Dívida líquida	<u>74.786.382</u>	<u>76.184.105</u>
Total do patrimônio líquido	<u>55.615.886</u>	<u>55.669.668</u>
Total do capital	<u><u>130.402.268</u></u>	<u><u>131.853.773</u></u>
Índice de alavancagem financeira - %	57,35	57,78

EÓLICA PINDAÍ III GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.  
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
CNPJ: 30.519.323/0001-57  
(Em reais)

---

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Correspondem a valores em Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras de curtíssimo prazo, que estão disponíveis a qualquer tempo e não possuem quaisquer restrições de uso ou ônus. Apresentam a seguinte composição:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Conta corrente	361	298
Aplicações financeiras (a)	5.517.562	3.991.452
	<u>5.517.923</u>	<u>3.991.750</u>

(a) As aplicações financeiras da Companhia são mantidas para o pagamento dos compromissos de caixa de curto prazo, sendo indexadas pelo CDI. As aplicações não possuem travas vinculadas aos empréstimos e a Companhia.

6. CONTAS A RECEBER

As contas a receber apresentam os seguintes saldos:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Consumidores livres	1.066.631	711.004
Transações Realizadas na CCEE	1.435	8.030
	<u>1.068.066</u>	<u>719.034</u>

O prazo médio de recebimento da energia vendida por meio de contratos é de aproximadamente 30 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda, enquanto o prazo dos valores liquidados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é de aproximadamente 45 dias.

Não existem valores de contas a receber vencidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e, além disso, não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de perdas de créditos estimadas.

7. ADIANTAMENTOS

Durante o exercício de 2023, os valores referentes à Fiança Bancária, tendo como fiador a sócia Wobben Windpower, foram reclassificados de seguros a apropriar para adiantamentos para liquidação futura. O montante reclassificado foi de R\$ 946.262, o qual será quitado pela acionista assim que fixada novas fianças bancárias exigidas pelo BNB – Banco do Nordeste.

8. DESPESAS ANTECIPADAS

As despesas antecipadas apresentam os seguintes saldos:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Arrendamentos a apropriar	22.646	26.637
Seguro contra risco de mercado	61.910	798.517
Circulante	84.556	825.154
	<u>169.112</u>	<u>1.650.308</u>
Seguro garantia para construção	-	205.091
Não circulante	-	205.091
	<u>-</u>	<u>410.182</u>

EÓLICA PINDAÍ III GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.  
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
CNPJ: 30.519.323/0001-57  
(Em reais)

---

- (a) A Companhia mantém apólices de seguros visando cobrir riscos operacionais, com coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas, junto a instituições seguradoras nacionais, por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da atividade, os riscos envolvidos nas operações e com base na orientação de consultores de seguros, conforme nota explicativa nº 16.

Os valores máximos segurados relativo à responsabilidade civil são de R\$ 300.000, os quais abrangem todo o complexo incluindo a Pindaí I; Pindaí II; Pindaí III; Pindaí IV, sendo que as Companhias Pindaí II; Pindaí III e Pindaí IV reembolsam a Pindaí I o valor relativo à sua participação nos riscos. Em 30 de janeiro de 2022 foi realizado a contratação de novo seguro para 5 anos, o qual também detalhamos na nota explicativa nº 16.

## 9. MÚTUOS A RECEBER

Durante o exercício de 2023 a Companhia realizou empréstimos a partes relacionadas.

A posição patrimonial em 31 de dezembro de 2023 dos empréstimos de partes relacionadas é a seguinte:

Mutuária	Atualização monetária e taxa de juros a.a.	Vencimento final	31.12.2023
Eólica Pindaí I Geração de Energia S.A.	IPCA + 5% a.a.	31 de julho de 2023	252.690
Circulante			252.690
Não circulante			-

A movimentação do período foi a seguinte.

	31.12.2023
Saldo inicial	-
Empréstimos	252.690
Saldo final	252.690

## 10. INVESTIMENTOS

Em dezembro de 2023 a Companhia realizou aplicações em fundo de investimento com *benchmark* de remuneração 100% do CDI.

Aplicação	Indexador	31.12.2023
BNB Conta Reserva FI REF DI	100% do CDI	1.326.125
Circulante		-
Não circulante		1.326.125

A movimentação do período foi a seguinte:

	31.12.2023
Saldo inicial	-
Aplicações	1.325.060
Rendimentos	1.066
Saldo final	1.326.125

EÓLICA PINDAÍ III GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.  
 Notas explicativas às Demonstrações Contábeis  
 31 de dezembro de 2023e 2022  
 CNPJ: 30.519.323/0001-57  
 (Em reais)

11. IMOBILIZADO

a. Abertura do imobilizado

	Vida útil	2023		2022
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Imobilizado				Imobilizado líquido
Em uso				
Edificações obra civil benfeitorias	35 anos	23.147.301	(1.770.500)	21.376.801
Máquinas e equipamentos - sistema de geração	35 anos	103.845.949	(7.842.333)	96.003.616
		<u>126.993.250</u>	<u>(9.612.833)</u>	<u>117.380.417</u>
				<u>121.008.739</u>

b. Movimentação do imobilizado

	Saldo 2022	Aquisições	Saldo 2023
Imobilizado custo			
Em uso			
Edificações obra civil benfeitorias	23.147.301	-	23.147.301
Máquinas e equipamentos - sistema de geração	103.845.949	-	103.845.949
Total Imobilizado custo	<u>126.993.250</u>	<u>-</u>	<u>126.993.250</u>
	Saldo 2022	Adições	Saldo 2023
Imobilizado depreciação			
Edificações obra civil benfeitorias	(1.109.159)	(661.341)	(1.770.500)
Máquinas e equipamentos - sistema de geração	(4.875.352)	(2.966.981)	(7.842.333)
Total Imobilizado depreciação	<u>(5.984.511)</u>	<u>(3.628.322)</u>	<u>(9.612.833)</u>
Imobilizado líquido	<u>121.008.739</u>		<u>117.380.417</u>

Relativo ao ativo imobilizado, a sócia Wobben iniciou a concepção do parque eólico através dos estudos, projetos e contratação de consultorias.

A Companhia assinou contrato de financiamento junto ao BNB – Banco do Nordeste para o financiamento da construção do parque eólico. A Companhia possui direito de exploração de energia eólica de 35 anos a partir da implantação e início da geração de energia, a qual iniciou no segundo semestre de 2020.

12. INTANGÍVEL

a. Abertura do intangível

	Vida útil	2023		2022
		Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Estudos de projetos	35 anos	10.853.074	(595.057)	10.258.017
				10.568.100

EÓLICA PINDAÍ III GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.  
 Notas explicativas às Demonstrações Contábeis  
 31 de dezembro de 2023e 2022  
 CNPJ: 30.519.323/0001-57  
 (Em reais)

b. Movimentação do intangível

Intangível custo histórico	31.12.2022	Adições	31.12.2023
Estudos de projetos	10.853.074	-	10.853.074
<b>Total custo histórico</b>	<b>10.853.074</b>	<b>-</b>	<b>10.853.074</b>
Intangível amortização acumulada	31.12.2022	Adições	31.12.2023
Estudos de projetos	(284.974)	(310.083)	(595.057)
<b>Total amortização acumulada</b>	<b>(284.974)</b>	<b>(310.083)</b>	<b>(595.057)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>10.568.100</b>		<b>10.258.017</b>

O Ativo Intangível é relativo ao valor pago pelo direito de exploração de energia eólica para o período vindouro de 35 anos. Foram procedidos os estudos de viabilidade do projeto, contendo todas as projeções de geração e crescimento de receitas, custos com *Funding*, CAPEX, endividamento para o total dos 420 meses.

Não foram identificadas perdas no valor recuperável deste ativo devido ao valor do fluxo de caixa esperado da operação não apresentar valor menos que o desembolso para aquisição do ativo.

13. CONTAS A PAGAR

A composição do contas a pagar é a seguinte:

	31.12.2023	31.12.2022
Fornecedores de mercadorias e Serviço	363.596	1.004.267
Fornecedores transmissão	116.189	116.161
	<b>479.785</b>	<b>1.120.428</b>

O quadro abaixo demonstra a abertura do saldo de Fornecedores de mercadorias e serviços:

	31.12.2023	31.12.2022
A vencer entre 0 e 30 dias	331.179	368.075
A vencer entre 90 e 120 dias	20.334	183.005
A vencer acima de 180 dias	128.272	569.348
	<b>479.785</b>	<b>1.120.428</b>

Os valores devidos a Wobben Windpower Indústria e Comércio foram quitados mediante a captação de valores pré-aprovados de financiamento junto ao Banco BNB. Conforme instrumentos de Contrato e aditivo realizados e detalhados em nota explicativa nº 15.

EÓLICA PINDAÍ III GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.  
 Notas explicativas às Demonstrações Contábeis  
 31 de dezembro de 2023e 2022  
 CNPJ: 30.519.323/0001-57  
 (Em reais)

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

A composição das obrigações tributárias é a seguinte:

	31.12.2023	31.12.2022
IRRF retido a recolher	829	729
IRPJ a recolher	81.096	51.199
CSLL a recolher	59.206	48.252
COFINS a recolher	32.011	21.361
PIS a recolher	6.936	4.628
Contribuições sociais a recolher	10.116	9.263
ISSQN retido a recolher	1.976	1.752
INSS retido a recolher	18.983	1.227
	<u>211.153</u>	<u>138.411</u>

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A Companhia iniciou a apresentação de estudo e solicitação inicial para obtenção do crédito de financiamento para construção do parque eólico junto ao BNB – Banco do Nordeste. Conforme instrumentos de Contrato e aditivo realizados inicialmente, determinando as obrigações do creditado para efetivação e liberação do mesmo. O total do recurso liberado em junho de 2022 foi de R\$ 81.335.447.

A composição do saldo, remuneração da instituição financeira e vencimento final é como segue:

Instituição financeira	Vencimento final	Atualização monetária e taxa de juros	31.12.2023	31.12.2022
Banco BNB	15/04/2039	IPCA + 2,3323% a.a.	78.469.882	80.175.855
Circulante			2.446.099	1.899.579
Não circulante			76.023.783	78.276.276

A movimentação do período é como segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial	80.175.855	-
Captações	-	81.335.447
Atualização monetária e juros	5.498.499	2.075.744
Pagamento de principal	(1.893.043)	(549.074)
Pagamento atualização monetária e juros	(5.311.429)	(2.686.262)
Saldo final	<u>78.469.882</u>	<u>80.175.855</u>

(a) Garantias e *covenants*

Foram constituídas as seguintes garantias reais e cláusulas restritivas (*covenants*):

- (i) Fiança bancária;
- (ii) Contratação de seguros para a construção da obra e operação; e

**EÓLICA PINDAÍ III GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**  
**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis**  
**31 de dezembro de 2023 e 2022**  
**CNPJ: 30.519.323/0001-57**  
**(Em reais)**

- (iii) Cessão fiduciária de fundo de liquidez em conta reversa (conta corrente e aplicação financeira na própria instituição financeira), que corresponderá a no mínimo 2,5592% do valor efetivamente desembolsado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, todas as garantias e covenants foram devidamente cumpridas.

## 16. MÚTUOS A PAGAR

Durante o exercício de 2023 a Companhia captou empréstimos com partes relacionadas. Abaixo detalhamento das operações em posição patrimonial e a movimentação do período.

<u>Mutuante</u>	<u>Atualização monetária e taxa de juros a.a.</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>31.12.2023</u>
Eólica Mangue Seco 2	CDI + 5% a.a.	31 de dezembro de 2024	1.834.423
Circulante			1.834.423
Não circulante			-

A movimentação do período foi a seguinte:

	<u>31.12.2023</u>
Saldo inicial	-
Captações	1.834.423
Saldo final	<u>1.834.423</u>

## 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a. Capital Social

Em 18 de março de 2022 houve a integralização de capital mediante a emissão de novas ações na quantidade de 762.090.687 a R\$ 0,01 cada uma, totalizando R\$ 7.620.907.

Em maio de 2022, houve início ao processo de transformação societária da Companhia de "Limitada" ou "Ltda" para "Sociedade Anônima" ou "S.A."

O processo foi concluído em 28 de julho de 2022 mediante a conversão do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital e emissão de novas ações na quantidade de 445.000.000 a R\$ 0,01 cada uma, totalizando a R\$ 4.450.000.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social é composto por 5.495.208.260 ações a R\$ 0,01 cada uma, totalizando R\$ 54.952.083.

A quantidade de ações está assim distribuída:

	<u>%</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2022</u>
Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Pirineus	46%	2.551.558.786	2.551.558.786
Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda.	54%	2.943.649.474	2.943.649.474
	100%	<u>5.495.208.260</u>	<u>5.495.208.260</u>

**EÓLICA PINDAÍ III GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**  
**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis**  
**31 de dezembro de 2023e 2022**  
**CNPJ: 30.519.323/0001-57**  
**(Em reais)**

**b. Reserva legal, dividendos e reserva de lucros**

Conforme Art. 193 da Lei nº 6.404 de 1976, a reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Conforme Art. 202, inciso I e § 2º da Lei nº 6.404 de 1976, quando o estatuto for omissivo e a assembleia geral deliberar alterá-lo para introduzir norma sobre a matéria, o dividendo obrigatório não poderá ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I deste artigo.

Em 31 de dezembro de 2023 houve prejuízo no exercício. Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas do lucro líquido foram assim distribuídas:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Lucro líquido do exercício	(53.782)	1.008.686
Reserva legal - 5%	-	(50.434)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	(239.563)
<b>Parcela destinado a reserva de lucros (compensação de prejuízos)</b>	<b><u>(53.782)</u></b>	<b><u>718.689</u></b>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a reserva de lucros é assim apresentada:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Lucros (prejuízos) acumulados saldo inicial	667.151	2.948.462
Parcela destinada à reserva de lucros	-	718.689
Compensação de prejuízos	(53.782)	
Distribuição de dividendos adicionais propostos	-	(3.000.000)
<b>Saldo final da reserva de lucros</b>	<b><u>613.369</u></b>	<b><u>667.151</u></b>

Durante o exercício de 2022, conforme Atas de Assembleia Geral, houve a aprovação e distribuição de dividendos adicionais propostos no montante R\$ 3.000.000.

**18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita líquida apresentada nas demonstrações dos resultados:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Receita Operacional Bruta		
Vendas bilaterais - longo prazo	15.504.862	13.121.982
Receitas C.C.E.E.	16.779	19.151
	<u>15.521.641</u>	<u>13.141.133</u>
Deduções da receita operacional		
PIS	(100.891)	(85.417)
COFINS	(465.649)	(394.234)
	<u>(566.540)</u>	<u>(479.651)</u>
	<b><u>14.955.101</u></b>	<b><u>12.661.482</u></b>

EÓLICA PINDAÍ III GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.  
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis  
31 de dezembro de 2023e 2022  
CNPJ: 30.519.323/0001-57  
(Em reais)

19. CUSTOS DE VENDAS POR NATUREZA

a. Custos totais

	31.12.2023	31.12.2022
Liquidação C.C.E.E.	(9.319)	(27.510)
Custos de comercialização	(12.465)	(11.688)
Custos operacionais (i)	(8.607.146)	(9.245.361)
	<u>(8.628.930)</u>	<u>(9.284.559)</u>

i. Custos operacionais

	31.12.2023	31.12.2022
Liquidação C.C.E.E.	(9.319)	(27.509)
Custos de comercialização	(12.465)	(11.688)
Software e equipamentos	-	(32.705)
Depreciação e amortização	(3.938.883)	(3.912.418)
Custo operação e manutenção – O&M	(4.668.262)	(5.300.239)
	<u>(8.628.930)</u>	<u>(9.284.559)</u>
<i>O&amp;M - Telefone/ internet/ link</i>	(14.337)	(17.469)
<i>O&amp;M - Seguros</i>	(216.287)	(695.569)
<i>O&amp;M - Segurança/vigilância/limpeza</i>	(97.250)	(82.862)
<i>O&amp;M - Taxas de fiscalização</i>	(83.631)	(111.537)
<i>O&amp;M - Custos ambientais</i>	(195.476)	(247.201)
<i>O&amp;M - Operação da usina</i>	(181.638)	-
<i>O&amp;M - Manutenção de equipamentos</i>	(1.912.754)	(1.746.489)
<i>O&amp;M - Arrendamentos e aluguéis</i>	(85.572)	(117.464)
<i>O&amp;M - Manutenção instalações</i>	(226.455)	(212.644)
<i>O&amp;M - Encargos de transmissão e distribuição</i>	(1.408.281)	(1.324.260)
<i>O&amp;M - Cessão de uso da subestação</i>	(246.581)	(259.845)
<i>O&amp;M - Banco de capacitores</i>	-	(484.899)
	<u>(4.668.262)</u>	<u>(5.300.239)</u>

20. (DESPESAS) OPERACIONAIS

As despesas operacionais apresentam a seguinte composição:

	31.12.2023	31.12.2022
Serviços de terceiros	(93.273)	(93.142)
Utilidades e serviços	(180.897)	(154.749)
Despesas com viagens	-	(38.235)
Impostos, taxas e multas	(49.662)	(20.441)
Ressarcimento imobilizado	21.315	-
Venda de certificado renovável - IREC	17.823	-
	<u>(284.694)</u>	<u>(306.567)</u>

EÓLICA PINDAÍ III GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.  
 Notas explicativas às Demonstrações Contábeis  
 31 de dezembro de 2023e 2022  
 CNPJ: 30.519.323/0001-57  
 (Em reais)

21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido apresenta a seguinte composição:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento aplicações financeiras	466.473	595.080
Atualizações monetárias	1.663	3.025
Juros recebidos	-	16.649
	<u>468.136</u>	<u>614.754</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros pagos	-	(2.079.570)
Juros sobre empréstimos	(5.498.499)	
Multas pagas	-	(3.136)
Taxas e tarifas bancárias	(438.258)	(3.955)
	<u>(5.936.757)</u>	<u>(2.086.661)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u><u>(5.468.621)</u></u>	<u><u>(1.471.907)</u></u>

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da apropriação das despesas de IRPJ e CSLL calculados com base nas respectivas alíquotas nominais, está a seguir demonstrada:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Vendas bilaterais - longo prazo	15.504.862	13.121.982
Receitas C.C.E.E.	16.779	19.151
	<u>15.521.641</u>	<u>13.141.133</u>
Base de cálculo presumida imposto de renda (8%)	1.241.731	1.051.291
Base de cálculo presumida contribuição social (12%)	1.862.597	1.576.936
Receitas Financeiras	507.561	614.754
Base de cálculo Imposto de renda	1.749.292	1.666.045
Base de cálculo Contribuição Social	2.370.158	2.191.690
Imposto de renda (15%)	(262.395)	(249.906)
Imposto de renda adicional (10%)	(150.929)	(142.605)
Imposto de renda total	<u>(413.324)</u>	<u>(392.511)</u>
Contribuição social (9%)	<u>(213.314)</u>	<u>(197.252)</u>
<b>Total de IRPJ e CSLL do período</b>	<u><u>(626.638)</u></u>	<u><u>(589.763)</u></u>

23. RESULTADO POR AÇÃO

(i) Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não há ações em tesouraria mantidas no patrimônio líquido da Companhia. O prejuízo por ação, fica assim apresentado:

EÓLICA PINDAÍ III GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.  
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
CNPJ: 30.519.323/0001-57  
(Em reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro Líquido atribuível aos acionistas da Companhia	(53.782)	1.008.686
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (média)	<u>5.495.208.259</u>	<u>5.109.759.239</u>
Prejuízo básico por ação - R\$	<u>(0,00001)</u>	<u>0,00020</u>

(ii) Diluído

O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste de quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía potenciais ações ordinárias com efeitos diluidores.

24. SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros para todo o complexo de geração de energia.

Os valores máximos segurados para risco de engenharia são de R\$ 193.899.849, definidos como coberturas de riscos operacionais, lucros cessantes/Interrupção de negócio, conforme SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) informados na apólice vigente durante o exercício de 2022 e parte de 2023. Tais montantes abrangem todo o complexo de geração de energia, incluindo assim a Pindaí I e como cossegurado (s); Pindaí II; Pindaí III; Pindaí IV, sendo que as Companhias Pindaí II; Pindaí III e Pindaí IV reembolsam a Pindaí I o valor relativo à sua participação nos riscos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía apólices de seguro contratadas com terceiros:

<u>Objeto segurado</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Importância segurada</u>
Imobilizado e Intangível	Riscos operacionais	Limitado aos saldos contábeis
Fiança bancária	Garantia de inadimplência	100% do valor do financiamento contratado

25. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Não houve remuneração de nenhuma natureza a administradores ao longo dos exercícios de 2023 e 2022

\* \* \* \* \*